

# HERBERT MARCUSE E OS ANOS 1960: POSSIBILIDADES PARA A TRANSGRESSÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Maria Ribeiro do Valle<sup>1</sup>  
Pablo Almada<sup>2</sup>

## Resumo:

O presente artigo analisa a contribuição de Herbert Marcuse para a compreensão dos conflitos e protestos que ocorreram durante os anos 1960, com ênfase no entendimento do filósofo alemão com relação ao movimento estudantil global. Entende-se que, em um contexto marcado pelo domínio imperialista dos Estados Unidos e de composição hegemônica do pensamento unidimensional, Marcuse elaborou uma percepção sociológica acerca dos movimentos sociais e estudantis, valorizando as capacidades críticas e emancipatórias que estavam sendo postuladas por meio dos protestos daquela década. Por sua vez, é Marcuse quem abre caminhos para a compreensão de uma viragem política demarcada pela New Left, a qual deve ser levada em consideração na compreensão da atualidade dos problemas levantados por tais protestos e manifestos.

**Palavras-chaves:** Herbert Marcuse. Movimento Estudantil. Nova Esquerda. 1968. Imperialismo.

## HERBERT MARCUSE AND THE 1960s: POSSIBILITIES FOR TRANSGRESSION IN THE CAPITALIST SOCIETY

## Abstract:

This article analyzes the contribution of Herbert Marcuse to the understanding of the conflicts and protests of the 1960s, investigating the understanding of the German philosopher in relation to the global student movement. In a context marked by the US imperialist domination and hegemonic composition of one-dimensional thinking, Marcuse developed a sociological perception of social and student movements, highlighting the critical and emancipatory capacities were being postulated by the protests of the decade. On the other hand, it was Marcuse who opened theoretical paths for the understanding of a political shift demarcated by the New Left, which must be taken into account in the research on the actuality of the problems raised by such protests and manifestos.

**Keywords:** Herbert Marcuse. Students Movement. New Left. 1968. Imperialism.

Durante a chamada Guerra Fria, o capital internacional criou várias frentes de combate para impedir o avanço do comunismo. A emblemática intervenção dos EUA na Guerra do Vietnã (1961-1975) foi um marco importante para a compreensão desse período, já que houve avanços em seus objetivos militares, econômicos, ideológicos e geopolíticos. O cerco contra a China comunista – outro obstáculo ao expansionismo norte-americano. despertava um forte interesse junto às nações do Terceiro Mundo por conta da “guerra de guerrilhas”, que pela ótica norte-americana deveria ser combatida a

---

<sup>1</sup> Professora Livre Docente do Departamento de Sociologia da UNESP- FCLAR. E-mail: [maria.valle@unesp.br](mailto:maria.valle@unesp.br).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL. E-mail: [pabloera@gmail.com](mailto:pabloera@gmail.com).

qualquer custo. O Vietnã foi um campo de provas para novas armas e táticas anti-guerrilha, com a finalidade de impor a continuidade das práticas neocolonialistas norte-americanas sobre os povos da Ásia, África e América Latina. As conspirações agressivas contra Cuba, o apoio a Israel contra os países árabes, a participação efetiva nos golpes militares da América Latina, o controle sobre a Coreia do Sul, Formosa e Filipinas, as ameaças contra o Camboja, a clandestina penetração na Índia e na Indonésia e a ocupação militar da República Dominicana foram outros eventos geopolíticos que demarcaram o poderio norte americano, congregando protestos de vários setores sociais em defesa do Terceiro Mundo e a repressão violenta dessas manifestações por todo o globo.

A correlação entre a vitória do socialismo em Cuba e o aumento da colaboração militar oferecida pelos norte-americanos, destinada à contra-insurreição, tornava-se exemplar com a ocupação da República Dominicana, em 1965, por sua artilharia e por suas unidades móveis, incluindo forças aéreas e terrestres, que sustentavam a “ditadura legal” de Balaguer contra o poder popular armado (PETRAS, 1967, p. 16-31). Frente à ameaça do alastramento da guerrilha na América Latina, os Estados Unidos orientaram golpes militares na Argentina (1962), no Brasil (1964), na Bolívia (1964) e no Peru (1968), enfatizando o chamado “combate ao inimigo interno”.

A ofensiva política, ideológica, econômica e militar americana, durante os anos 60, ocorre também em uma vasta área da Ásia e da África: no levante de Ghana, no qual o governo de N’Krumah havia sido deposto; no crescimento das forças da reação em vários dos países que estavam em luta contra o neocolonialismo; no triunfo sangrento do anti-comunismo da Indonésia em 1965, quando cerca de 500 mil pessoas foram massacradas depois que Suharto chega ao poder, significando uma grande vitória para a contra-revolução na Ásia; no golpe militar direitista na Grécia; no conflito judeu-árabe, onde houve o alinhamento da política de Israel – que teve sua economia dependente das doações americanas durante a Guerra Fria - à orientação norte-americana contra a luta pela emancipação dos povos árabes (DEUTSCHER, 1968, p. 5-24).

No entanto, a contestação dessas práticas ganhava bastante destaque no meio estudantil. Os estudantes norte-americanos se mobilizaram após 1964 de várias formas, principalmente, criando comitês contra a guerra do Vietnã, que cresceram significativamente nos *campus* a partir de 1966, havendo também intervenções contra o Partido Democrata e em apoio aos *Black Panthers* (HARMAN, 1998). Na Alemanha, desde os ocorridos da morte de Breno Ohnesorg, em 1967, o movimento estudantil

ganhava contornos cada vez mais anti-imperialistas e solidários com os países do Terceiro Mundo (BROWN, 2009). No México, a fúria das forças armadas desencadeou uma rara carnificina, quando mais de trezentas pessoas foram mortas durante uma manifestação estudantil na Praça das Três Culturas em 2 de outubro de 1968, e várias outras são vítimas do terror que se instalava através de prisões e torturas (REIS FILHO & MORAES, 1998, p. 40).

Essas mobilizações globais atentavam para a crescente militarização dos Estados Unidos nos anos 1960, que incidiu diretamente nas nações “subdesenvolvidas”, conforme as “missões militares” tornavam-se efetivas em mais de 50 países (McCARTY, 1968, p. 41-43). Por outro lado, surgiam movimentos solidariedade internacional, com destaque para o protagonismo estudantil dos países centrais e de países periféricos.

Um caminho de libertação mundial começava a ser trilhado através das lutas dos povos colonizados pela independência, e, simultaneamente, nos EUA, o “poder negro” se rebelava contra o preconceito racial e o movimento estudantil, lado a lado com os professores e integrantes da Nova Esquerda<sup>3</sup>, ocupava as universidades e tomava as ruas em manifestações que repudiavam a intervenção americana no Vietnã. A guerra do Vietnã inspirou a possibilidade da alteração da correlação de forças a partir da união e participação do povo no enfrentamento contra a maior potência mundial, numa “guerra justa” contra o imperialismo norte-americano - cuja intervenção, no sudeste asiático, atingia seu ponto máximo em 68.

Com a morte de Che Guevara em 67, apesar dos revezes da guerrilha latino-americana, ressurgiu com intensidade o interesse por suas análises sobre as estratégias da revolução na América Latina (REIS FILHO & MORAES, 1998, p 33-4). O foco guerrilheiro, ou seja, a luta armada, irrompia como alternativa à via pacífica e à legalidade constitucional propagadas pelos partidos comunistas. A “revolução cultural”, iniciada na segunda metade da década de 1960, foi acalentada pelos estudantes na China e de diversos outros países (REIS FILHO & MORAES, 1998, p 43-4). As propostas de Mao, que para muitos resgatavam as teses marxistas originais, eram o motor de lutas anti-imperialistas e populares, bem como endossavam a crise dos partidos políticos ocidentais. A linha de massas defendida por Mao fará parte dos debates e ações da esquerda estudantil favorável

<sup>3</sup> A Nova Esquerda dos EUA nos anos 60 é composta fundamentalmente por estudantes universitários, professores, ativistas negros e feministas e, assim como a Nova Esquerda européia, não é nada entusiasta do socialismo soviético, contrariamente à Velha Esquerda intelectual dos anos 30 que nutria uma admiração pela União Soviética e se vinculava ao movimento operário industrial organizado.

à revolução centrada na integração da luta militar com a ampla participação das massas (MARTINS FILHO, 1987, p. 188-191).

Sob a égide da utopia revolucionária, o movimento estudantil eclodiu em vários países (REIS FILHO & MORAES, 1998, p. 32-44). Encontramos algumas bandeiras comuns, mas em cada país, não podem ser desconsideradas as questões políticas locais. Nos EUA os estudantes revoltam-se diante da possibilidade de combater no Vietnã. Com a morte de Martin Luther King, em abril de 68, os protestos do movimento negro atingem imensa proporção. Os estudantes e os negros - que na guerra representam o maior número de mortos - unem-se nas manifestações de rua. Na Alemanha e na França, os estudantes também se rebelam contra a política norte-americana de guerra no sudeste asiático. Berlim Ocidental, capitalista, embora localizada na Europa do comunismo, assistirá à recusa estudantil, quer do *American way of life*, quer do stalinismo autoritário. O Maio Francês se destacará pela repulsa ao autoritarismo em todas as esferas sociais, particularmente nas estruturas das universidades. As barricadas são erguidas contra a ação policial e as autoridades. Nas rebeliões destes três países está fortemente presente a recusa ao colonialismo, através da defesa dos argelinos pelos estudantes em seu desejo de emancipação durante a Guerra da Argélia, e ao imperialismo norte-americano, principalmente no Vietnã.

Nos anos 1960, o anti-imperialismo é visto pelos estudantes não apenas como o rechaço do capitalismo colonialista, mas também do socialismo soviético. A seu ver movimentos do Terceiro Mundo<sup>4</sup> souberam “(...) demonstrar que, em graus e modalidades diferentes, também o imperialismo dos EUA, com a conivência do seu pretense arqui-inimigo, a União Soviética, era responsável pela condição de dependência, ditadura, pobreza, miséria ou guerra civil da sua nação”(GROPPO, 2005, p. 84). As lutas anti-imperialistas são identificadas, então, como a luta dos povos do Terceiro Mundo por sua independência.

O mundo socialista não escapará, assim, às agitações estudantis de 68, que buscam o rompimento com a dominação burocrática. Na Tchecoslováquia, os conflitos merecerão destaque internacional. A URSS invade a cidade de Praga, em agosto de 68, como represália às críticas ao socialismo real e às propostas de ampliação da liberdade de organização partidária defendidas pelo governo Tcheco durante a “Primavera de Praga”.

<sup>4</sup> O Terceiro Mundo buscava uma identidade à parte da bipolarização da Guerra Fria, demonstrando a consciência do fato de ele ser alvo da ambição destas superpotências.

Na América Latina, as lutas estudantis estão presentes na maioria dos países: Argentina, Bolívia, Chile, Guatemala, Peru, Uruguai e México, onde o perigo do alastramento da guerrilha é combatido com golpes militares que recebem o apoio e orientação dos Estados Unidos.

A importância da polêmica em torno da violência polariza também os intelectuais. A democracia socialista volta a ser tematizada por expoentes da intelectualidade como Jean Paul Sartre e Herbert Marcuse. As utopias anticapitalistas do século XIX – particularmente a marxista - são revisitadas, embora haja a rejeição de qualquer ortodoxia e a forte descrença no socialismo real. Sartre e Marcuse estarão engajados em 68. Suas ideias estarão ecoando no movimento estudantil, como vimos, em vários países.

### **Da “unidimensionalidade” à transgressão revolucionária**

Em *A Ideologia da Sociedade Industrial*, publicado em 1964, Marcuse aborda o total esvaziamento, nas sociedades contemporâneas altamente desenvolvidas, quer da teoria crítica quer da prática política alicerçadas nas possibilidades históricas de transformação social (MARCUSE, 1978). Na sociedade unidimensional, onde a tecnologia, a cultura, a política e a economia estão fundidas num sistema onipresente capaz de atrelar eficazmente o progresso técnico à estrutura de dominação, o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário, chegando a determinar até mesmo as necessidades e as aspirações individuais.

O ceticismo presente nos escritos de Marcuse de 1964 começa a ser superado com a emergência de protestos que envolvem novos atores sociais – por um lado as revoluções contra a intolerável herança do colonialismo e seu prolongamento pelo neo-colonialismo, e, por outro, a revolta da juventude. Embora ele não perca de vista o totalitarismo da sociedade unidimensional e os seus eficientes poderes de controle, bem como a integração dos trabalhadores às benesses da mesma, passa a vislumbrar a possibilidade da “(...) recusa organizada em continuar trabalhando com os instrumentos materiais e intelectuais que estão sendo agora usados contra o homem – para a defesa da liberdade e prosperidade daqueles que dominam o resto”. (MARCUSE, 1966, p. 22).

A dimensão negativa, até então eficaz e democraticamente contida, ressurge, mudando sua localização social e trazendo de volta ao horizonte político a possibilidade

de realização da teoria e da prática revolucionárias, ou seja, do fim da utopia. O papel das novas formas de oposição que, para Marcuse, devem “(...) explorar com atenção qualquer possível rachadura na gigantesca concentração de poder na sociedade estabelecida” (MARCUSE, 1969, p. 31-2) passa a ser central. Apesar dos efetivos sinais de desgaste do capitalismo monopolista, ele adverte que elas não podem minimizar a capacidade de reorganização do sistema através da contra-revolução preventiva (MARCUSE, 1981, p. 11-2) e devem trabalhar no sentido de despertar a consciência

Com relação à horrível política de um sistema cujo poder e pressão crescem com a ameaça de total aniquilamento, que utiliza as forças produtivas a seu dispor para a reprodução da pilhagem e da opressão, e que, para a proteção da sua abundância, equipa o chamado mundo livre com ditaduras militares e policiais (MARCUSE, 1968, p. 89-90).

Ainda não há, apesar da eclosão dos movimentos estudantis, de libertação colonial, dos direitos civis, dos hippies, uma organização solidária que promova a confluência de tendências tão diversas. As contestações econômicas, políticas e culturais, tanto no Ocidente como no Oriente, são consideradas por Marcuse, que em momento algum deixa de reconhecer as suas limitações, forças que permitem vislumbrar a realização da utopia, desde que estejam dirigidas à ruptura do sistema.

Ao defender o fim da utopia, Marcuse afirma continuar sendo o marxismo o guia da oposição, que deve se empenhar para atualizar os seus conceitos com o intuito de evidenciar as possibilidades de superação da ordem existente. Um dos elementos cruciais para a realização da sociedade livre é o de identificar os portadores sociais da transformação na conjuntura dos anos 60 pois o operariado americano, na sua grande maioria integrado ao sistema, é hostil a qualquer proposta da Nova Esquerda que ponha em xeque o *status quo*. Também em países como a França e a Itália, onde o movimento trabalhista, submetido às orientações do Partido Comunista e dos sindicatos restringem suas perspectivas à melhoria da situação vigente do operariado, abandonam a perspectiva da negação radical do capitalismo (MARCUSE, 1968; 1981). Contudo

A impossibilidade de determinar uma classe revolucionária nos países capitalistas que apresentam um desenvolvimento tecnológico mais elevado não significa, de modo algum, que o marxismo tenha se transformado em uma utopia. Os portadores sociais da transformação (e isso é marxismo ortodoxo) se formam no curso do próprio processo de transformação, não se podendo contar jamais com a existência de forças revolucionárias *ready-made*, prontas e acabadas, por assim dizer, no momento em que tem início o movimento revolucionário (situação afortunada e não muito fácil de se verificar). Todavia,

acredito que haja um critério válido, o qual consiste em estabelecer se as forças materiais e intelectuais necessárias à realização da transformação estão tecnicamente presentes, apesar dos obstáculos colocados à sua utilização racional pela organização das forças produtivas. Eu creio, aliás, que seja este o sentido no qual se pode hoje falar efetivamente de um fim da utopia (MARCUSE, 1969, p. 16).

Alertar para as contradições do capitalismo de monopólio ou explicitá-las passa a ser um fator primordial da nova oposição que, embora totalmente diversa das forças ortodoxas marxistas da transformação social, deve conservar como prioridade a recusa da ordem social existente. A Nova Esquerda nos Estados Unidos<sup>5</sup>, composta por um grupo de intelectuais desde o início desta década, vincula-se à organização SDS - Students for a Democracy Society. Paralelamente ao movimento negro, ela torna-se o centro dinâmico das reivindicações políticas, abrindo caminho para a emergência dos movimentos hippies, feministas e homossexuais. Já a organização mais representativa da juventude negra é a SNCC – Student Nonviolent Coordination Committee – que, assim como a SDS, surge primeiramente como suporte para os grupos pacifistas e para os movimentos dos direitos civis, respeitando os limites democráticos através da resistência passiva e da rebeldia sem violência física. Sob a forte influência de Martin Luther King, a SNCC luta contra a segregação no *campus* universitário. Apesar das diferenças entre as duas principais organizações estudantis, podemos notar que, frente à conjuntura mais ampla, a SDS e a SNCC estão unidas em torno das questões nevrálgicas deste momento: as lutas contra a guerra no Vietnã e contra a discriminação dos negros.

A partir de 1964 o movimento da juventude negra se torna mais extenso, violento e radical, sob a influência da militância de Malcolm X, líder negro e revolucionário nacionalista, que prega a luta armada em legítima defesa e o pan-africanismo. O slogan Black Power, que passa a ser utilizado pelo SNCC, ecoa em motins como o de 1965 em Watts e aqueles que marcam os verões sangrentos de 1966 e de 1967. Estes levantes são divulgados como um passo significativo na escalada da guerra racial, levando muitos americanos a acreditar na existência da guerrilha urbana. Uma das justificativas para a utilização da violência decorre da própria insuficiência das leis dos direitos civis de 1964 e do direito de voto de 1965. Do ponto de vista estratégico, contudo, não há unanimidade entre os grupos de esquerda, que permanecem internamente divididos entre a luta parlamentar e o confronto. O papel da violência na história passa a

<sup>5</sup> Sobre a Nova Esquerda e a conjuntura dos movimentos de contestação nos EUA nos anos 1960 ver principalmente: GITLIN (1993); ISSERMAN (1993); ISSERMAN & KAZIN (2000), MILLER (1987).

ocupar o centro do debate, atuando como um divisor de águas frente à defesa da revolução.

Assim, os ativistas do SNCC, do SDS e parte dos intelectuais militantes da Nova Esquerda passam a vislumbrar a possibilidade de aliança com as forças revolucionárias do Terceiro Mundo. A influência da luta armada maoísta torna-se bastante presente nos movimentos de contestação norte-americanos. Para a maioria da esquerda – e não apenas para os discípulos de Mao –, a luta contra a guerra e o movimento negro estão efetivamente ligados, contribuindo para o aumento da adesão à política do confronto que, apesar de ser rechaçada por alguns líderes veteranos da Nova Esquerda, começa a ocupar o espaço anteriormente destinado à estratégia pregada pelas organizações dos direitos civis. A argumentação contrária à violência revolucionária não encontra respaldo nos *campi* universitários, principalmente em 1968, o ano da barricada, quando as manifestações incorporam formas de desobediência civil como, por exemplo, a queima das convocações para a guerra do Vietnã que, neste ano, é palco da maior ofensiva dos EUA – o Tet. As investidas policiais atingem várias pessoas, matando três delas, durante os motins de fevereiro, desencadeando uma reação ainda mais violenta, quando os ativistas negros passam a atirar em locais públicos (GITLIN, 1993, p. 313-4). Cresce o medo de estarem sendo vigiados pelo FBI. Os estudantes brancos e parte significativa da Nova Esquerda se unem aos Panteras Negras, que surgem com o apoio da SNCC e cujo líder Stokley Carmichael prega a luta armada, o boicote às eleições presidenciais, recusando as formas de resistência passiva. Os conflitos armados entre a polícia e os negros “radicais” tomam as ruas. A guerra civil parece ameaçar a “paz” norte-americana.

Marcuse mostra que, apesar de toda a concentração de poder do sistema vigente, estão vindo à tona diferentes formas de contestação. A nova oposição, ao seu ver, é marcada por características bastante peculiares, pois não é

Com exceção de alguns pequenos grupos, ortodoxamente marxista ou socialista. Caracteriza-se por uma profunda desconfiança contra todas as ideologias, contra, também, a ideologia socialista, pela qual muitos acreditam, de certo modo, ter sido traídos e da qual estão desiludidos. A nova esquerda - ainda com exceção de pequenos grupos - ademais, não está fixada de modo algum na classe operária como classe revolucionária. Além disso, não pode, de modo geral, ser definida em termos de classe. É composta de intelectuais, de grupos do movimento pelos direitos civis e da juventude, principalmente de elementos radicais da juventude (MARCUSE, 1968, p. 80-1).

Ao analisar a pouca ortodoxia destas forças sociais de transformação, Marcuse mostra que, além dos integrantes da Nova Esquerda, delas fazem parte também os marginalizados, ou mais especificamente os subprivilegiados (MARCUSE, 1968, p. 82) que não podem ter sequer suas necessidades mais elementares satisfeitas, apesar do capitalismo altamente desenvolvido. Fazem parte deste grupo as minorias nacionais e raciais, os presos - que através de rebeliões nas penitenciárias de Oregon, Raleigh, Ohio, Columbia, Atlanta, em 1968, procuram chamar a atenção da opinião pública para o tratamento que lhes é dispensado -, e as massas do Terceiro Mundo.

Apesar da diversidade das reivindicações do movimento estudantil em cada país, ele tem como objetivo comum o protesto contra o capitalismo e seus cúmplices no Terceiro Mundo. Compreende-se, então, a importância atribuída por Marcuse ao ME<sup>6</sup>, concebendo-o “(...) enquanto classe intelectual, destinada a fornecer os quadros dirigentes da sociedade atual” (MARCUSE, 1969, p. 25). Ou seja, devido à sua posição privilegiada, as organizações estudantis podem contribuir para o desenvolvimento de uma consciência radical como a base de partida para uma luta mais ampla (MARCUSE, 1981, p. 59). Ao posicionar-se favoravelmente aos protestos que eclodem no final dos anos 60, Marcuse integra-se ativamente na militância política que ele mesmo está propondo a todos os intelectuais empenhados em buscar a ruptura deste sistema, através da união da teoria e prática, principalmente diante da integração da classe trabalhadora ao capitalismo monopolista.

Marcuse mantém aqui a análise da *Ideologia da sociedade industrial* que “(...) reproduz na consciência e na estrutura pulsional dos indivíduos necessidades materiais e espirituais legitimadoras do sistema” (LOUREIRO, 1999, p. 8), mas, a partir da eclosão dos diversos protestos e rebeliões tanto nos países industriais avançados quanto nos terceiro-mundistas, passa a acreditar que eles podem atuar como um estopim para a emancipação da humanidade. O alto desenvolvimento das forças produtivas atingido pela história cria objetivamente esta possibilidade, sendo o trabalho educativo o mais necessário, devido à importância da mobilização de amplas massas politizadas. Os intelectuais, não apenas por razões culturais, mas por serem economicamente e materialmente privilegiados, devem desempenhar este trabalho junto ao operariado

<sup>6</sup> Marcuse também em suas correspondências com Adorno em 1969 defende a importância do movimento estudantil naquela conjuntura específica, contrapondo-se ao posicionamento político inclusive de colegas seus frankfurtianos, particularmente o de Adorno, frente aos protestos estudantis (ADORNO & MARCUSE, 1997).

integrado, incapaz de qualquer ação política que não seja a de contribuir para a solidez do *status quo*, e aos excluídos do Terceiro Mundo.

Entre aqueles que estão fora dos mecanismos integradores, o proletariado do Terceiro Mundo, constitui o grupo social que ocupa uma posição determinante no processo de produção e de reprodução dos bens materiais e sobre o qual se descarrega todo o peso da opressão, vivendo em condições similares as do operariado europeu do século XIX. Existem também camadas inteiras que talvez não possam sequer ser classificadas, como as minorias raciais e nacionais, os desempregados permanentes, os pobres, os que não têm nada que possa ser tributado e os presos, que representam a negação viva do sistema (MARCUSE, 1999, p. 49). Estes grupos, sendo as maiores vítimas do terror e da força mais brutal do sistema, podem abrir fissuras na ordem estabelecida, contribuindo para uma possível, embora remota, solução revolucionária. O aflorar dos movimentos negros, dos motins nos presídios, e da luta no Terceiro Mundo explicita que trazer o povo para o centro das decisões políticas não significa apenas uma explosão instintiva, irracional. Eles estão produzindo novas formas de contra educação, de desmascaramento de uma sociedade que concilia a pluralidade democrática com o totalitarismo, mostrando constantemente a necessidade do protesto, da denúncia, podendo inclusive despertar para a luta o trabalhador integrado, que não percebe que a elevação de seu nível de vida foi alcançada com a intensificação do trabalho alienado e que, portanto, o *status quo* por ele legitimado é o mesmo que perpetua sua fadiga. A vanguarda intelectual, que recusa a ordem vigente e tem dela uma visão mais global, também deve atuar como catalisadora destas novas forças, através da educação política. Está presente aqui a ideia de revolução, na esteira da teoria marxista, no sentido em que ela tem sua realização possível na junção daqueles que, livres das benesses do sistema, são movidos pela necessidade com a teoria crítica, vislumbrando uma possível solução a partir da aliança do Terceiro Mundo com os novos sujeitos da oposição dos países industriais desenvolvidos.

### **A busca pelo “outro”: a *New Left***

Ainda, se faz necessário aludir como o pensamento de Marcuse é influenciado por e influente na emergente *New Left*, por conta de suas formulações acerca dos “novos sujeitos históricos de mudança”. Conforme se vincula a noção de que os movimentos

estudantis estariam se desalinhando das questões eurocêntricas capitalistas, haveria a valorização de novas experiências que estavam se dando nos países do Sul global. Esse deslocamento é o ponto de partida para se perceber a emergência de um novo movimento na esquerda ocidental. Se muitas das reivindicações de 1968 fracassaram, especialmente o projeto de democratização das universidades, houve, por conseguinte, a abertura de novas dimensões políticas, como “novos espaços, onde se necessitava de novas ideias e práticas”, ou mesmo, novas sensibilidades para com a política (ELEY, 2000, p. 419).

Na raiz desse problema se encontrariam pelo menos duas oposições táticas que marcariam as tomadas de posição para os movimentos de esquerda e de oposição não alinhados aos soviéticos. A primeira oposição, bastante presente na Europa Ocidental, se daria entre a oposição extraparlamentar *versus* oposição parlamentar. Do lado da oposição extraparlamentar, a cisão se aprofundaria entre luta armada *versus* luta pacífica, o que poderia implicar ou não em aproximações entre a vertente parlamentar e a tática pacífica. Contudo, os movimentos de cunho trotskista, maoísta ou mesmo a adoção de “táticas armadas” acabaram tendo uma vida curta em muitos lugares. Na Alemanha e na Itália, o cunho de um movimento por autonomia preencheu bastante desses espaços, com práticas que buscavam a desalienação da vida cotidiana, sua descolonização e a busca de possibilidades de uma democracia mais horizontal, mas resultou também numa intensificação das lutas anticapitalistas (KATSIAFICAS, 2006). Como irá se verificar, os movimentos da esquerda mais radicais prefiguraram no Brasil de maneira ativa até 1972, e, em Portugal até pouco tempo depois do *25 de Abril*. Mas, em ambos os casos, a luta por dentro das instituições acabou por direcionar grande parte das mobilizações sociais, sobretudo naquilo que concerne às conquistas e consolidação da democracia.

Questões ligadas à sociedade civil, “educação, trabalho social, assistência à saúde, legislação, funcionalismo público, profissões, sindicatos”, que proporiem, paulatinamente, a derrubada da força e da resistência do Estado (ELEY, 2000, p. 419) foram ancoradas como pautas de reivindicações desse movimento de esquerda, deslocando a generalidade das lutas sociais anteriores às questões da política imediata: a conquista da democracia, o fortalecimento das instituições, a ampliação dos processos democráticos eleitorais e participativos. A oposição extraparlamentar, *grosso modo*, abdicou da ação direta, da organização comunitária, da aproximação entre política e vida cotidiana, ou mesmo, da crítica às diferenciações de gênero, elaboradas pelos movimentos feministas. As vias eleitorais conseguiram o reestabelecimento da socialdemocracia,

assentada no desalinhamento no interior da esquerda, a separação entre a “velha” esquerda, alinhada do Partido Comunista Soviético e com força política entre as lideranças sindicais, de uma “nova esquerda”, mais voltada às novas experiências no campo da política<sup>7</sup>, fator significativo que demarcará novas sensibilidades e caminhos a serem trilhados.

Com origem oficial nos Estados Unidos, a partir dos movimentos de luta por direitos civis, a *New Left* conseguiu um significativo apoio de vários setores civis e políticos, principalmente por conta dos *Black Panthers*, ou pela solidariedade com o Vietnã e contra o imperialismo norte-americano, ou mesmo no sentido da consolidação dos direitos civis, ampliando a noção de esquerda anteriormente utilizada. O marco de surgimento europeu, os manifestos de 1968, apresentaram várias similitudes com as ideias norte-americanas, em especial, a crítica à sociedade de consumo e o deslocamento dos sujeitos tradicionais ou a busca da concretude dos novos sujeitos sociais que pudessem implementar um papel de constante mobilização política e, assim, dar rumos aos novos caminhos iniciados pela esquerda.

Para Marcuse (1981), esse movimento político havia surgido num momento de contrarrevolução e, principalmente, tendo como pano de fundo as transformações da sociedade unidimensional, que deslocariam a participação da classe trabalhadora no movimento político, para a participação de outros grupos que até então não estariam contemplados nas mobilizações da esquerda mundial. Nesse sentido, a nova esquerda buscaria apreender as transformações culturais que estavam ocorrendo, porém enfatizaria as suas mobilizações políticas em torno dos intelectuais e não em torno da classe trabalhadora, o que resultaria num isolamento, mas também num projeto de negação da cultura do capitalismo avançado. A centralidade dessa nova esquerda, ao contrário dos antigos setores, seria cultural e não econômico-política.

O movimento da *New Left* surge através da Grande Recusa, uma visão qualitativamente diferente da sociedade, criando, por um lado, a possibilidade de observar o movimento através da solidariedade internacional, porém, por outro, responsável por desconectar as lutas sociais de seu todo (KATSIAFICAS, 1987). Uma definição apropriada sobre esse movimento político teria que levar em conta os “grupos políticos que estão situados à

<sup>7</sup> Num registro bastante amplo, a nova esquerda na Europa se demarcou principalmente a partir do *Maião Francês*, quando, nas manifestações de 13 de maio uniram Georges Seguy, chefe da CGT francesa e o líder estudantil Daniel Cohn-Bendit, que representavam, unidos, a velha e a nova esquerda francesa.

esquerda dos tradicionais partidos comunistas; eles não possuem ainda uma nova forma de organização, estão sem uma base e estão isolados da classe trabalhadora” (MARCUSE, 2005, p. 183). Os interesses políticos desses grupos permeiam o antiautoritarismo e a redefinição do conceito de revolução, trazendo para a discussão novas formas de liberdade e potencialidades para a superação do capitalismo avançado, com mudanças significativas na economia política, nos modos de produção, nas instituições, e, as novas necessidades e seu preenchimento. Ainda de início restritos aos Estados Unidos, alimentava-se a esperança de que esses movimentos congregavam em seu interior visões que pudessem colocar em xeque tanto o capitalismo unidimensional como o aparato burocrático soviético, denunciando a forma pela qual esses sistemas estariam se impondo, através da forte dominação autoritária. A viragem mostra-se como uma *revolução cultural*:

O movimento tomou a forma, então, de uma revolução cultural, desde o começo; ele concebeu a revolução do Século XX, como aquela em que, não só as demandas políticas e econômicas, mas também radicalmente outros desejos e esperanças seriam articulados: o desejo para um novo senso moral, para um ambiente mais humano, para uma completa "emancipação dos sentidos" (Marx), em outras palavras, uma libertação dos sentidos desde a compulsão para perceber as pessoas e as coisas apenas como objetos de troca. "Poder para a imaginação!" A New Left estava preocupado com a emancipação da imaginação das restrições da razão instrumental. Ao contrário de uma aliança entre realismo e conformismo, as forças da New Left criaram o slogan: "seja realista, peça o impossível". Isso é o que a forte componente estética do movimento originou: a arte foi vista como uma força produtiva emancipatória, como as experiências de outra (e imediatamente reprimida) realidade (MARCUSE, 2005, p. 184).

A contradição entre a realidade e o impossível faria com que se assumisse uma postura oscilante, entre o realismo, a estética e a utopia. Outrossim, a base cultural estabelecida veio a reduzir as determinações econômico-políticas em termos de aspectos culturais. Porém, novamente aqui entra o problema de tomar a emancipação apenas pela estética, de forma a não perceber as restrições tangentes. Se a *New Left* pudesse ser reduzida ao ponto que Marcuse a entende, então sua forma de ação estaria restrita aos países centrais, pois a dimensão artística desenvolvida, o discurso da Modernidade Cultural, seria o próprio fator ideológico de consolidação epistemológica e de imposição cultural. Mas, não é se voltando ao caminho ontológico de Marx que Marcuse consegue a resolução desse impasse, mas sim, entendendo que a *New Left* precisaria encontrar o seu sujeito social – e, nesse sentido, sua teoria parece se valer de um apriorismo da “imaginação” sobre a prática, conforme os sujeitos já previamente idealizados necessitariam apenas de ser encontrados. A preocupação com os excluídos, com os “outros”, teria o intuito de compreender esses “novos sujeitos” que, através das lutas sociais, se articulariam contra

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 8	n. 14	Janeiro – Julho 2019	p. 52 - 69
--------------------------	-------	-------	----------------------	------------

o sistema capitalista, sobretudo, fora do espaço dos países centrais. O caminho da imaginação transcenderia as fronteiras políticas e sociais, no sentido de reestabelecer a utopia das reais possibilidades revolucionárias desse período. Se deveria levar em consideração, como afirma Marcuse (2005), que a noção de revolução empregada foi diferente daquela de décadas anteriores, por se basear na preocupação com o “Terceiro Mundo”, por se basear no comunitarismo, na autonomia e na liberdade individual, e, por almejar uma sociedade internacional descentralizada das instituições políticas e econômicas e procurando novas formas de harmonia com a natureza, disposta através de um amálgama cultural, que uniria esses fatores. Em grande medida, isso congregou muitas das aspirações sociais em voga naquele momento, por se apoiar em valores de solidariedade internacional, inter-racial e na rejeição de valores da classe média (como acumulação de riqueza e poder) e, principalmente, por tentar reconstruir a vida cotidiana, através de uma maior sensibilidade cognitiva.

Porém, a grande contradição existente não foi absorvida pela teoria. No Sul global, o que estava sendo articulado era uma forma de revolução contra o imperialismo, e, portanto, concernente à exploração econômica das grandes potências. A ressonância do pensamento de Lênin sobre o imperialismo, que considerava-o não apenas como “etapa superior do capitalismo”, mas sim, como fator que não poderia ser combatido unitariamente, sem referência ao desenvolvimento histórico e dialético do capitalismo, pois a dependência entre os Estados levaria a uma fase de desenvolvimento desigual e combinado, juntamente com os antagonismos imperialistas e as lutas pelo domínio colonial (BAMBIRRA & SANTOS, 1980; LENIN, 2011). Essa perspectiva ficou bastante clara nas considerações de Che Guevara no encontro da I Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OLAS), a chamada Tricontinental, ocorrida em 1966 em Havana, quando o líder revolucionário latino-americano evocou a união dos povos dos três continentes contra o imperialismo, evidenciando os vários tipos de imperialismo que incidiam sobre esses continentes, as lutas armadas dos povos locais, valorizando as lutas que colocassem em xeque “todo o aparato imperialista” (GUEVARA, 1966). Os movimentos anticoloniais de libertação nacional evidenciariam as lutas pela gradual libertação dos povos, mas apenas um movimento forte, contra o domínio imperialista dos Estados Unidos poderia ser vitorioso, porque atacaria o cerne político econômico dos problemas do capitalismo daquele momento. Sumariamente, por mais que esse movimento terceiro-mundista estivesse se

organizando, ele compunha uma demanda cuja sensibilidade para uma solidariedade internacional não o alcançaria. A *New Left*, em sua perspectiva europeia e norte-americana, se definia pela solidariedade internacional, pela perspectiva dos novos sujeitos, pela ruptura com o comunismo soviético e pela crítica ao capitalismo, que se aproximava da crítica de Marcuse à sociedade unidimensional. Questões como o autogoverno e a crítica à repressão no mundo capitalista, o encontro de novos agentes emancipadores e o enfoque da revolução cultural marcaram um efeito de contágio, o “eros effect”, demarcando a existência de movimentos globais e quando “novas formas de poder emergiram em oposição à ordem estabelecida e novas visões do significado de liberdade foram formuladas na ação de milhões de pessoas” (KATSIAFICAS, 1987, p. 6). Marcuse teve algum sucesso em trilhar esse caminho, pois a percepção dos empecilhos alienantes do cotidiano, as chamadas mediações ou a denominada sociedade unidimensional, apesar de não terem sido suficientemente abordadas por Marcuse, compuseram, em larga escala, as críticas dos movimentos sociais. No sentido marcusiano, a *New Left* proporia uma nova cognição epistêmica da sociedade – especialmente, do indivíduo – sobre o mundo, mas não uma saída emancipatória ontológica.

### **Conclusão**

50 anos depois de 1968 a perda de interesse pela cultura socialista e revolucionária atingiu também a obra de Herbert Marcuse, um dos autores mais lidos em todo o mundo, no final dos anos 60, inclusive no Brasil. Esse esquecimento não parece acidental, especialmente no período em que o pensamento único imposto pelo conservadorismo neoliberal alcançava uma dimensão hegemônica. A sua crítica coloca em xeque a produtividade, valor supremo em nossos tempos de mundialização do capital.

Este esquecimento talvez se explique também pela peculiaridade do espaço ocupado por Marcuse na Escola de Frankfurt, sendo ele um dos únicos integrantes do grupo a levar adiante o projeto da teoria crítica dos anos 30, visando politizar sua teoria e ligar a teoria à prática. Em contraste, Horkheimer e Adorno, abandonam a política radical dos anos 40 e procuram encobrir as raízes marxistas do Instituto, no contexto da Guerra Fria, barrando os projetos considerados políticos e marxistas demais. Podemos identificar estas divergências entre Adorno e Marcuse durante as rebeliões estudantis de 68, momento em que, para este último, a teoria tinha que se politizar através do apoio inequívoco ao ME,

à luta pela libertação dos países neo-coloniais e do combate ao imperialismo americano, sobretudo no Vietnã. Já Adorno, identificando traços fascistas no protesto dos estudantes na Alemanha que ocupam o Instituto, chega a chamar a polícia, para dispersá-los. Marcuse, ao contrário, afirma serem os estudantes cada vez mais importantes no processo de produção e, portanto, fazendo realmente parte da vanguarda de uma luta emancipatória, acreditando, ao mesmo tempo, dentro do horizonte teórico marxista, que a revolta tem sua principal origem na exploração econômica sofrida pelas classes trabalhadoras.

Vivenciamos, hoje, a situação de um capitalismo reforçado que conta com a China e a extinta URSS como mercados. A mundialização do capitalismo consolida-se através da exclusão violenta das grandes maiorias pobres da terra neste início de século. Acreditamos que recuperar a tradição hegeliano-marxista e a sua atualização constante, como faz Marcuse, é uma forma de manter vivo o debate acadêmico na contracorrente do neoliberalismo.

A adesão de Marcuse aos movimentos de protesto nos anos 60 e à necessidade da violência revolucionária para a transformação da ordem vigente, permite que a solução da questão social continue no centro do debate político através da abordagem dos dilemas da paralisia da crítica, da reconciliação da oposição, da derrota lógica do protesto, da contenção da transformação social, da integração da classe trabalhadora. Mesmo prevendo a iminência do mundo se tornar o material amorfo da administração total, continua envolvido com a retomada das teorias anticapitalistas do século XIX e de sua atualização para, não apenas, acreditamos, entender o contexto social, mas principalmente verificar se esta análise lhe permite continuar vislumbrando um futuro outro.

67

### Referências:

ADORNO, Theodor e MARCUSE, Herbert. “As últimas cartas”. In: **Revista Praga – estudos marxistas**, 3. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAMBIRRA, Vania. SANTOS, Teotonio. dos. **La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin** (Vol. Tomo I). México D.F.: Ediciones Era, 1980.

BROWN, Thomas. “1968” east and west: divided Germany as a case study in transnational history. **The american historical review**, 114, 69-96, 2009.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 8	n. 14	Janeiro – Julho 2019	p. 52 - 69
--------------------------	-------	-------	----------------------	------------

## **HERBERT MARCUSE E OS ANOS 1960: POSSIBILIDADES...**

Maria Ribeiro do Valle/ Pablo Almada

DEUTSCHER, Isaac. “Sobre o conflito judeu-árabe” – entrevista à new left review. in **Teoria e prática**, nº 3, 1968.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia**: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

GITLIN, Todd. **The sixties** – years of hope, days of rage. The New York times book review. USA: Bantam Books, 1993.

GROPPO, Luís Antônio. **Uma onda mundial de revoltas**: movimentos estudantis de 1968. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2005.

GUEVARA, Ernesto. “Mensagem aos povos do mundo através da tricontinental”. In: LOWY, Michel. **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais (pp. 285-288). São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

HARMAN, Chris. **The fire last time**: 1968 and after. London: Bookmarks, 1998.

ISSERMAN, Maurice e KAZIN, Michael. **America divided** – The civil war of the 1960s. New York: Oxford, 2000.

ISSERMAN, Maurice. **If I had a hammer** – The death of the old left and the birth of the new left. New York: Illini Books, 1993.

KATSIAFICAS, Geoff. **The Imagination of the new left**: a global analysis of 1968. Cambridge: South End Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **The subversion of politics**: European autonomous social movements and the decolonization of everyday life. Edinbourg: AK Press, 2006.

KELLNER, Douglas. **Herbert Marcuse and the crisis of marxism**. Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 1984.

LENIN, Vladimir. I. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LOUREIRO, Isabel (org.). **Herbert Marcuse - a grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização** – uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Guanabara: Koogan, 8ª edição, sem data.

\_\_\_\_\_. “Finalidades, formas e perspectivas da oposição estudantil nos Estados Unidos”. In.: **Revista civilização brasileira**, Ano IV - nos. 21 e 22 - setembro/dezembro de 1968.

\_\_\_\_\_. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

\_\_\_\_\_. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1978.

68

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 8	n. 14	Janeiro – Julho 2019	p. 52 - 69
--------------------------	-------	-------	----------------------	------------

## **HERBERT MARCUSE E OS ANOS 1960: POSSIBILIDADES...**

Maria Ribeiro do Valle / Pablo Almada

\_\_\_\_\_. **Contra-revolução e revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. "Perspectivas do Socialismo na Sociedade Industrial Avançada – Uma Contribuição ao Debate". In.: LOUREIRO, Isabel. **Herbert Marcuse - a grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **The new left and the 1960s**. Abingdon: Routledge, 2005.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e a ditadura militar: 1964-1968**. Campinas, Papirus, 1987.

MCCARTHY, Eugene J. A militarização da América. In.: **Revista civilização brasileira**, Ano IV, nº 21 e 22 – setembro - dezembro, 1968.

MILLER, James. **Democracy is in the streets**. New York: Simon and Schuster, 1987.

PETRAS, James. República Dominicana: revolução e restauração. In: **Teoria e prática**, nº 1, 1967.

REIS FILHO, Daniel Aarão. MORAES, Pedro. **1968, a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, 2ª edição.